

AO JUÍZO DA _____ VARA DE FAMÍLIA E DE ÓRFÃOS E SUCESSÕES DE
XXXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, profissão, nascido em
XX/XX/XXXX, XXXXXXXXXXXXXX/DF, filho de XXXXXXXXXXXXX e XXXXXXXXXXXXX, RG nº
XXXXXXXXXX - SSP/DF e CPF nº XXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado na
XXXXXXXXXXXXXXXX, CEP: XXXX, telefone: (XX) XXXXXXXXXXXXX, correio eletrônico:
XXXXXXXXXXXXXXXX, vem à presença de Vossa Excelência, sob o patrocínio da
DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL (artigo 99 do CPC), ajuizar a
presente

AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA
C/C
REGULAMENTAÇÃO DE CONVIVÊNCIA FAMILIAR

do menor impúbere **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, nacionalidade, profissão, nascido em
XX/XX/XXXX, natural de XXXXXXXXXXXX/XX, filho de XXXXXXXXXXXXX e
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado no mesmo
endereço da requerente, **representado por sua genitora**, já qualificada nesta inicial,
em face de

XXXXXXXXXXXXXXXXXX, nacionalidade, estado civil, filho de José XXXXXXXXXXXXX e
XXXXXXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXXXXXXX, residente e domiciliado
XXXXXXXXXXXXXXXXXX/DF, CEP: XXXXXXXXXXXXX, telefones: (XX) XXXXXXXXXXXXX,
demais dados desconhecidos, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

I - DOS FATOS:

A requerente é genitora do menor XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, com XX anos de idade, estudante.

Os pais do menor conviveram em união estável por cerca de XX ano, entre XXXX e XXXX e estão rompidos há mais de três anos, com residências em domicílios diversos.

Por força de sentença judicial proferida nos autos do processo nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, de lavra do Juízo da XXXXXXXXXX Vara de Família e de Órfãos e Sucessões de XXXXXXXXXXXXXXXX, a guarda do menor XXXXXXXXX foi deferida aos pais na forma compartilhada.

No referido acordo de guarda foi regulamentada as questões de convivência familiar do requerido ao infante.

Desde que a guarda do menor foi deferida na modalidade compartilhada, o relacionamento entre a requerente e o requerido ruiu por vez, pois ocorreram diversos episódios desagradáveis na convivência de ambos, notadamente discussões infrutíferas perpetradas pelo réu.

A requerente não deseja impedir o acesso do requerido ao menor; deseja sim estabelecer melhores condições para que o acesso seja mais profícuo, pois o requerido não está cumprindo o acordo firmado judicialmente.

Por tal razão, a autora entende que a mudança para guarda unilateral a seu favor atenderá melhor aos interesses do menor XXXXXXXXX.

Pelo exposto, não resta alternativa à requerente senão a busca da tutela jurisdicional para ver deferida a modificação da guarda do infante XXXXXX, para unilateral, com visitas **apenas** quinzenais (sexta-feira às 18:00 horas, no colégio; e devolve no domingo às 18:00 horas, no lar materno).

As demais cláusulas seguem mantidas conforme acordo firmado entre as partes, **à exceção de o requerido buscar o infante todas as quartas-feiras.**

II - DO DIREITO:

É salutar para toda criança conviver em ambiente familiar, devendo ser protegida de qualquer situação que a exponha a qualquer tipo de risco e exploração, sendo mandamento constitucional a seguridade, pela família, pelo Estado e pela sociedade, da dignidade, do respeito, além da proteção a qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Sendo assim, estatui o artigo 227, da Constituição Federal, direitos da criança e adolescente que devem ser observados:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de

toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Além disso, podemos fazer analogia ao Código Civil, em especial ao seu artigo 1.584, que menciona que a guarda será atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la:

***Art. 1.584.** Decretada a separação judicial ou o divórcio, sem que haja entre as partes acordo quanto à guarda dos filhos, será ela atribuída a quem revelar melhores condições para exercê-la.*

IV - DOS PEDIDOS:

Ante o exposto, requer:

- a) Os benefícios da justiça gratuita;
- b) A intimação do Ilustre membro do Ministério Público;
- c) A realização de audiência de conciliação/mediação, nos termos do que dispõe o inciso VII, do artigo 319, do CPC;
- d) Caso seja o entendimento de Vossa Excelência, seja o presente caso levado a efeito para estudo do psicossocial forense;**
- e) Frustrada a audiência, a citação do réu para apresentar defesa, no prazo legal, caso queira, sob pena de sofrer os efeitos da revelia;
- f) A procedência do pedido para modificar a guarda do menor XXXXXXXXXX para a modalidade unilateral, em favor da

requerente; e concessão de convivência familiar na forma disposta nesta peça de ingresso; e

- g) A condenação do requerido ao pagamento das custas processuais e honorárias advocatícias, a serem revertidos em favor do Programa de Assistência Judiciária - PRODEF (art. 3º, inciso I, da Lei Complementar Distrital nº 744/2007), deverão ser depositados no Banco XXXX / PRODEF.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, em especial pelos documentos colacionados a esta inicial.

Dá-se a causa o valor de R\$ XXXXXXXXXX (XXXXXXX).

Nesses termos, pede deferimento.

XXXXXXX/DF, XX de XXXXXXX de XXXX.

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Requerente

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

Colaborador - XXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXX

